

# REFLEXO: EDUCAÇÃO PODE MUDAR O QUADRO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA



A conscientização sobre a violência contra as mulheres precisa chegar às salas de aula e se manter, de forma contínua, na pauta de discussões com crianças e jovens estudantes. Essa foi a tônica da palestra *“Conhecimento que transforma: razões para levar a Lei Maria da Penha para as escolas”*, apresentada pela especialista em Administração Pública e Gestão de Pessoas, Madu Macedo. *“Só assim a realidade atual será vista com espanto no futuro”*, sustenta.

Madu foi uma das palestrantes do debate público *“15 anos da Lei Maria da Penha: avanços e desafios para assegurar a mulheres e meninas o direito a uma vida sem violência”*, realizado pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e encerrado na sexta-feira (06/08), na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

A educação de forma lúdica, com informações acessíveis, é a proposta de Madu. Ela trouxe para o debate, inclusive, a cartilha *“Lei Maria da Penha em miúdos”*, no formato de quadrinhos, fruto de projeto da Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Pouso Alegre (Sul), que ela dirige. *“Quando começamos a pesquisa para o material, descobrimos que quase não havia abrigos para receber as mulheres vítimas de violência. A lei nasce num terreno machista e patriarcal, e esse tema tem que chegar aos jovens, que são multiplicadores”*, reforça.

Como exemplo dessa transformação possível, Madu Macedo citou, ainda, o Parlamento Jovem de 2018, que debateu o tema da violência contra as mulheres. *“Foi bonito ver os jovens discutindo isso e apresentando propostas. Eles nunca mais serão os mesmos”*, aposta.

## Projeto

A deputada Ana Paula Siqueira (Rede), presidenta da comissão, destacou que o Projeto de Lei 99/19, de sua autoria, tramita na ALMG e propõe o ensino de noções básicas da Lei Maria da Penha nas escolas. *“O lar é o ambiente mais inseguro para mulheres e meninas”*, justificou. Ela salientou a necessidade de divulgação dos outros tipos de violência, que se somam à violência física e podem ser *“invisíveis”*: psicológica, patrimonial, moral e sexual.

Também a deputada Beatriz Cerqueira (PT) destacou a importância dos professores nessa transformação da realidade pela educação, mas lembrou que as discussões envolvendo gênero têm sido cada vez mais criminalizadas nas escolas. A deputada chamou atenção, ainda, para a violência política contra mulheres, que, na sua visão, acaba por reforçar a violência doméstica. *“A nossa ousadia, de estarmos onde queremos, já é um enfrentamento ao sistema”*, afirmou.

## Advogada celebra efetividade da norma híbrida

O aspecto híbrido da Lei Maria da Penha foi destacado pela advogada Isabel Araújo Rodrigues

na palestra "15 anos da Lei Maria da Penha: o que mais a lei traz para a sua efetividade". A coordenadora de Políticas de Prevenção à Violência Doméstica da Comissão OAB Mulher se refere, por um lado, ao combate à violência e à punição ao agressor e, por outro, à assistência social às mulheres vítimas.

*"A lei foi imposta ao Brasil como condenação internacional pela violação dos direitos humanos, mas foi redigida de forma primorosa, com duas bases de apoio igualmente relevantes", avalia.*

No primeiro aspecto, mais policial e jurídico, Isabel destaca a especialização das polícias e de outros órgãos públicos. *"Essa especialização aponta para a peculiaridade da violência doméstica, feita por pessoa ligada à vítima por afeto e confiança. O que se quebra ali é a credibilidade nas relações humanas. A especialização é necessária para se ter esse olhar macro, que alcança, por exemplo, a violência psicológica, que mata por dentro", reforça.*

Mas para a representante da OAB Mulher, tão importante quanto combater o agressor é acolher a vítima e prepará-la para seguir em frente, para que ela perceba que há esperança. Isabel ainda citou conquistas alcançadas durante a pandemia, como o atendimento virtual da Polícia Civil. *"Políticas públicas para mulheres dependem de mais mulheres na política", enfatizou. Lei ampliou as possibilidades de proteção já oferecidas às mulheres pela Defensoria Pública.*

Desde a década de 1980, a Defensoria Pública de Minas Gerais atua na proteção das mulheres vítimas de violência doméstica. Antes da Lei Maria da Penha, porém, essa atuação era limitada a orientações e ações na área de Direito da Família, que trata de questões como divórcio, guarda dos filhos e pensões alimentícias. Quem falou sobre esse histórico foi a defensora Maria Cecília Pinto Oliveira, em sua palestra *"Trajetória e desafios da Defensoria Pública de Minas Gerais na defesa dos direitos das mulheres"*.

A convidada contou, porém, que foi com a Lei Maria da Penha que se tornou possível uma proteção mais ampla e efetiva das mulheres a partir de instrumentos como as medidas protetivas. Nesse sentido, a defensora explicou que em julho deste ano, o que era um núcleo virou uma coordenadoria estadual especializada na defesa dos direitos da mulher em situação de violência na estrutura administrativa da Defensoria.

Com essa mudança, o órgão passou a contar com defensoras que não atuam em casos individuais, mas em ações judiciais e extrajudiciais coletivas, com vistas a superar estruturas que permitem e reproduzem a violência.

Assim, a atuação volta-se, por exemplo, para educação, apoio e proposição de políticas públicas específicas e representação em tribunais internacionais de direitos humanos. Tudo isso sem prejuízo das ações individuais, destinadas em especial ao acompanhamento e apoio às mulheres vítimas de violência.

Segundo Maria Cecília Oliveira, entretanto, o baixo número de profissionais obriga a priorização de acompanhamento das medidas protetivas e das ações nas varas de família e impede o acompanhamento das mulheres em ações penais públicas.

*"Dessa forma, parte da Lei Maria da Penha está sendo descumprida, já que ela prevê acompanhamento em todos os atos processuais e cíveis, então é preciso pressionar para o provimento desses cargos da Defensoria", disse.*

Nesse sentido, a advogada Juliana Normandi complementou salientando que a Lei Maria da Penha é boa, mas ainda existem obstáculos para sua efetivação. Para ela, é preciso, por exemplo, aumentar o número e melhorar a estrutura das delegacias de mulheres no interior do Estado.

## **Participações**

Ao longo da reunião, lideranças regionais da sociedade civil que atuam no enfrentamento da violência contra as mulheres falaram sobre as características dos seus municípios, os avanços e as dificuldades específicas. Muitas dessas participantes eram dos Conselhos municipais de Direitos das Mulheres, e a deputada Ana Paula Siqueira destacou a importância desses espaços. A parlamentar lembrou que o Conselho estadual está desativado e que ela, com a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da ALMG, tem lutado pela sua reativação.

Foto: divulgação

*<https://jornalpanfletus.com.br/noticia/2291/reflexo-educacao-pode-mudar-o-quadro-da-violencia-domestica> em 09/05/2026 06:44*